

MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2001) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 133p.

*Américo Venâncio Lopes Machado Filho**

Desde que a diversidade lingüística, com o desenvolvimento das idéias sociofuncionalistas e variacionistas modernas, passa a assumir uma real dimensão no âmbito das investigações sobre a linguagem humana – evadindo da clausura milenar a que lhe havia condicionado a tradição dos estudos gramaticais –, têm alguns professores de língua portuguesa se defrontado com uma questão crucial para o desempenho de seu papel na escola: como lidar com o ensino/aprendizagem da língua face ao universo “polarizado e plural” (Lucchesi, 1994), em que se conforma a realidade sociolingüística brasileira.

Embora bastantes discussões e reflexões já tenham sido elaboradas sobre a questão, a exemplo da proposta do *bidialetalismo funcional*, segundo a qual, *grosso modo*, falantes de dialetos não-padrão deveriam “aprender o dialeto-padrão, para usá-lo nas situações em que ele é requerido” (Soares, 2000: 49), soluções práticas com estratégias metodológicas claras e conseqüentes que orientem os professores de português na assunção dessa postura têm sido raras, senão infecundas.

Não obstante, é nesse cenário carente por propostas efetivas emanadas da Lingüística, aplicadas ao ensino do português, que

* Universidade Federal da Bahia – UFBA.



se oferece, como expectativa e certo alento, tanto teórico como prático, o livro de Luiz Antônio Marcuschi, intitulado *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*, publicado em São Paulo, pela Cortez, cuja segunda edição, de 2001, serve como fonte da presente resenha.

Distribuído em duas partes, o livro concentra-se nos seguintes grandes eixos temáticos: a discussão sobre oralidade e letramento – mais especificamente sobre fala e escrita – e uma nova proposta para sua caracterização, na primeira; e a apresentação de atividades prático-teóricas de passagem do texto oral para o texto escrito, denominada de processos de retextualização, na segunda.

No desenvolvimento da perspectiva que perpassa toda sua fundamentação, o autor procura construir uma reflexão sobre *oralidade e letramento* que não se confunde com a de *fala e escrita*, já que estas, enquanto produção textual-discursiva, se inserem nas práticas sociais interativas a que se referem as primeiras, ou seja, *fala e escrita* devem ser entendidas como modalidades de uso da língua, que se situam no âmbito mais amplo de abstração, dominado pelas noções de *oralidade e letramento*.

Mais fundamental, porém, na construção de seu raciocínio, é a deserção às tendências de caracterização dessas duas modalidades da língua (fala e escrita) numa perspectiva dicotômica, em que propriedades meramente opostas se pudessem evidenciar.

Como o próprio título do livro sugere, poder-se-ia, da fala para a escrita, estabelecer um *continuum* tipológico, cuja correlação poderia ser atestada pelas práticas de produção textual, consideradas no bojo da própria sociedade, em que o contexto, a interação e a cognição se oferecessem à análise.

Esse *continuum* poderia ser melhor observado a partir da perspectiva dos gêneros textuais face às características específicas ou prototípicas de cada modalidade, isto é, em contraponto ao meio de produção, seja sonoro ou gráfico, e à concepção discursiva, quer oral ou escrita, a que se conformasse.

Então, se se considerar o gênero textual, o meio de produção e a concepção discursiva, uma conversação espontânea – que numa representação por traços se poderia ser apresentada como [+sonoro / +oral] – e um artigo científico [+gráfico / +escrita] seriam, dentro desse *continuum*, realizações prototípicas de cada uma das duas modalidades, enquanto uma notícia de TV [+sonoro / +escrita] e uma entrevista publicada em uma revista nacional [+gráfico / +oral] ocupariam uma posição intermediária nesse mesmo *continuum*.

Os gêneros textuais, segundo a proposta do autor, poderiam ser agrupados em comunicações pessoais (cartas, bilhetes, *outdoors*), comunicações públicas (notícias de jornal, formulários, anúncios classificados, comunicados, convocações), textos instrucionais (cartas comerciais, telegramas, narrativas), textos acadêmicos (artigos, leis, relatórios técnicos) no eixo da escrita; em oposição a conversações (espontâneas, telefônicas), constelação de entrevistas (inquéritos, debates), apresentações e reportagens (aulas, piadas, noticiários de TV ou rádio) e exposições acadêmicas (conferências, palestras), no eixo da fala, apresentando como ponto de interseção, nesse contínuo, noticiários de rádio ou de TV, anúncios classificados, comunicados e convocações, como é fácil, pela própria evidência do esboço metodológico do autor, se aceitar.

A visão de Marcuschi, bastante lúcida, além de trazer a grande vantagem de degredar ao patamar do obsoletismo ideológico as dicotomias estanques, que não mais se sustentam nos estudos científicos da linguagem humana, coaduna com a noção de *continuum* polarizado e plural, cunhada por LUCCHESI (1994) e propuganada por MATTOS E SILVA (1995), que se tem adotado para o reconhecimento das normas lingüísticas do português brasileiro.

Se se considerar que, para uma prática de ensino da língua portuguesa no Brasil, parece faltar precisamente uma formulação metodológica ou estratégia de sala de aula que dê conta desse *continuum* e sua inflexão rumo à aquisição de um padrão escrito e de uma norma oral mais próxima do que se convencionou chamar

de culta – e aqui não se considera o valor ou prejuízo ideológico-social que essa postura possa acarretar, já que tudo isso reflete relações de poder que só uma política educacional mais geral pudesse contornar – a proposta de Marcuschi parece indicar um caminho para se observar com mais propriedade a variação lingüística, que certamente se estaria refletindo no *continuum* entre a fala e a escrita, e, conseqüentemente, em uma via para a construção de uma proposta de abordagem pedagógica, nomeadamente se se considerar que é a partir dessa visão, desenvolvida para modalidades da língua, que o autor propõe as atividades de retextualização que compõem o segundo capítulo de sua obra.

As estratégias de retextualização, como apresentadas, pressupõem nove operações complexas que se dividem entre atividades de idealização (eliminação, completude e regularização) e reformulação (acréscimo, substituição e reordenação), que dentro da idéia de contínuo fazem com que a primeira seja mais diretamente relacionada com a fala, e a segunda, com a escrita.

Utilizadas independentemente ou sequencialmente, a depender dos objetivos de retextualização que se tenha em mente, as operações pressupõem os seguintes passos, aqui sumarizados a partir das páginas 77 e 86 do livro:

1ª Operação: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (estratégias de eliminação baseada na idealização lingüística).

2ª Operação: Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (estratégia de inserção em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).

3ª Operação: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (estratégia de eliminação para uma condensação lingüística).

4ª Operação: Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (estratégia de inserção).

5ª Operação: Introdução de marcas metalingüísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêitico (estratégia de reformulação objetivando explicitude).

6ª Operação: Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (estratégia de reconstrução em função da norma escrita).

7ª Operação: Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (estratégia de substituição visando a uma maior formalidade).

8ª Operação: Reordenação tópica do texto e reorganização da seqüência argumentativa (estratégia de estruturação argumentativa).

9ª Operação: Agrupamento de argumentos condensando as idéias (estratégia de condensação).

Dentre os diversos pontos positivos que se podem depreender da proposta de Marcuschi, o primeiro se relaciona à evidência, em que se coloca, no plano de treinamento e análise, a língua oral, modalidade ainda muito pouco favorecida nas salas de aula de portugueses.

O processo de retextualização torna-se, nomeadamente no tocante a essa modalidade, uma contribuição valiosa, de certa forma suplementar, ao que se prevê para essa questão nos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, que, embora do ponto de vista teórico não haja “equivocos a lamentar”, como o próprio Marcuschi (1999:128) assinala, sob a ótica prática, contudo, “não sugerem ações ou observações muito claras”.

Parece que não se pode abordar o ensino da língua portuguesa hoje sem se considerar a influência que a língua oral tem na produção das mensagens escritas pelos alunos, em muitas ocasiões refletida em opções sintáticas por vezes incompatíveis ao que determinam as regras de uso de cada modalidade, como nas estratégias de relativização adotadas em uma ou outra situação, por exemplo, ou mesmo na questão da ortografia, principalmente nos

usos da pontuação, fortemente influenciada pela prosódia da língua falada.

Nas quatro primeiras operações, pois, Marcuschi indica um caminho para observação dessa oralidade, determinando um fluxo progressivo de “tomada de consciência da relação entre a fala e a escrita” (p.112), que tem, nas operações subseqüentes, não só a compreensão da estrutura lingüística, em seus diversos níveis, das relações textual-discursivas, plausivelmente observáveis pelo aluno, mas a sua própria capacidade de compreensão ou interpretação do conteúdo ou idéias patentes no texto facilitada.

São fartos os exemplos de textos originais e suas respectivas retextualizações, pautadas em material oriundo desde o *corpus* NURC (Recife), até entrevistas coletadas pelo Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e Escrita (NELFE), da Universidade Federal de Pernambuco. Retextualizações não só realizadas por alunos do Ensino Fundamental, como também por alunos ou professores já graduados em Letras e estudantes de outros cursos superiores, tais como Jornalismo e Contabilidade, o que parece recomendar a aplicação dessa estratégia nos diversos níveis de ensino da língua e a uma clientela bastante diversa.

Note-se que as possibilidades de retextualização não se restringem unidirecionalmente a permitir a transformação da fala para a escrita, mas da fala para a fala (uma conferência transformada em tradução simultânea), da escrita para a fala (um texto escrito em exposição oral), ou da escrita para a escrita (um texto escrito em resumo).

As operações, que se relacionam mais estritamente com aspectos que no *continuun* proposto estariam mais associados à escrita, são todas muito explícitas, mas parecem depender, principalmente as últimas, do nível de abstração e treino do “retextualizador”, já que envolvem “reorganização da seqüência argumentativa” e “condensação de idéias”, nem sempre tão evidentes no início, nomeadamente para o aluno dos primeiros níveis de escolarização.

Do ponto de vista do acompanhamento do trabalho realizado, embora o autor sugira um *modelo diagramático para análise dos processos de retextualização*, a quantidade de quadros que seria necessária para sua consecução parece inviabilizar sua utilização, senão em situações específicas voltadas à pesquisa, já que o modelo que propõe apresenta três colunas básicas, com subdivisão da última, em que na primeira se teria o texto original, na segunda a retextualização, na terceira, subdividida, as operações e análises, ou seja, o tipo de operação utilizado, as eliminações, transformações e acréscimos/alterações.

Não obstante, o livro apresentado à comunidade por Luiz Antônio Marcuschi merecerá, certamente, diversas edições, pois já se transforma em referência bibliográfica básica para quem trabalha com a língua portuguesa, em função de sua lucidez e não menos de sua oportunidade de, na dimensão que lhe cabe, preencher o débito que tem, ainda, a Lingüística brasileira deixado restar: a aplicação dos resultados de suas pesquisas ao ensino do português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- LUCCHESI, D. (1994) Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12, p. 17-28.
- MARCUSCHI, L. A. (1999) O tratamento da oralidade nos PCN de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries. *Scripta*, 4, p. 114-29.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1995) *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto.
- SOARES, M. (2000) *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática.